

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW CATÓLICO COM A IRMÃ KELLY PATRÍCIA, EM EVENTO ALUSIVO AO ANIVERSÁRIO DE 132 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE URUBURETAMA.

PROCESSO Nº 004/2022-INEXIGIBILIDADE

O **Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura do Município de Uruburetama**, segundo autorização do Secretário de Cultura e Turismo, o Sr. Jucivando de Sousa Moreira, e no uso de suas funções, vem abrir o presente Processo de Inexigibilidade de Licitação para a **contratação de empresa para a realização de show católico com a Irmã Kelly Patrícia, em evento alusivo ao Aniversário de 132 anos de Emancipação Política do Município de Uruburetama.**

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

A premente contratação faz-se necessária em virtude das comemorações alusivas ao Aniversário de 132 anos de Emancipação Política do Município de Uruburetama, realizada anualmente, constituindo-se em um importante instrumento para o incremento de receitas municipais, como também, ocasião em que os filhos e amigos de Uruburetama se reencontram em visita a cidade nesse período festivo.

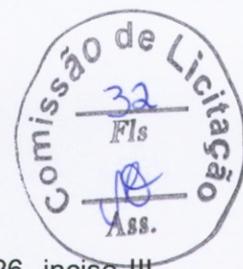
Como se sabe, a festa alusiva aquece a economia local, abrindo oportunidade no ramo do comércio e das atividades de serviços. O impacto das festividades é evidente em setores como os de alimentação, comércio, transporte e nas atividades ligadas a lazer, cultura e entretenimento.

A contratação de show católico com Irmã Kelly Patrícia, (nome fantasia), por ocasião do Aniversário de 132 anos de Emancipação Política deste Município, através de Processo de Inexigibilidade de Licitação, deve-se ao fato de que a referida atração se constitui fundamentalmente no fato da religiosidade popular ser bastante latente em Uruburetama e a referida atração musical está voltada para o mundo gospel, sendo muito conhecida pelas apresentações artísticas que realiza na região, gozando de excelente conceito e aceitação popular.

Ademais, a própria Constituição Federal prescreve ao Estado o dever de promover a cultura, que é realmente essencial para ao desenvolvimento da identidade nacional, para a adequação e, no mínimo, para o lazer. A supremacia do interesse público fundamenta a exigência, como regra geral, de licitação para contratações da Administração Pública. No entanto, existem hipóteses em que a licitação formal seria possível ou frustraria à própria consecução dos interesses públicos. Obviamente, nesses casos, a realização da licitação viria tão somente sacrificar o interesse público, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de não realizar o certame nos casos expressamente previstos.

Assim, é de se concluir que, em se tratando de contrato administrativo, a inexigibilidade deve ser a exceção, ocorrendo apenas nos restritos casos autorizados por lei. Essa previsão é plenamente justificável quando a hipótese se encaixar nos cânones legais enunciados nos distintos casos em que o contrato a ser travado pode ser concretizado independentemente de licitação.

A Constituição Federal em seu art. 37, inciso XXIII, prevê que a legislação ressalvará casos em que será possível a Administração Pública realizar contratações sem o procedimento



licitatório. A Lei nº 8.666/93 cumprindo o que dispõe a *LEX LEGUM*, em seu art. 26, inciso III, possibilitou a Administração Pública contratar profissionais de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Assim, é de se concluir que, em se tratando de contrato administrativo, a inexigibilidade deve ser a exceção, ocorrendo apenas nos restritos casos autorizados por lei. Essa previsão é plenamente justificável quando a hipótese se encaixar nos cânones legais enunciados nos distintos casos em que o contrato a ser travado pode ser concretizado independentemente de licitação. O Poder Executivo Municipal, sempre pautado em atualizar os municípios realizará os **FESTA EM ALUSÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE URUBURETAMA - 132 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA**, em Uruburetama. O referido evento contará com uma programação vasta, com atividades de caráter cultural e esportivo.

A Administração Pública Municipal com o escopo de atrair a participação dos jovens, realizará a **contratação de show católico com a Irmã Kelly Patrícia**, ser realizado no **dia 30 de julho de 2022**, com duração de 2h00min (duas horas) para realizar **Festa em alusão ao Aniversário do Município - 132 anos de Emancipação Política**, em Uruburetama, proporcionando aos municípios momentos de lazer e cultura.

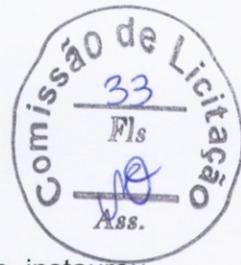
A **Festa de Aniversário do Município pelos 132 anos de Emancipação Política**, é uma tradição de festa popular, na Região do Litoral Oeste/Vale do Curu. É comemorada no dia 1º de Agosto. Diante da programação que a Administração Municipal organizou e, em face de mais de 2 anos sem festividade para comemoração de data tão importante e, por sua grandeza. E entendendo a importância que a comunidade católica tem para agregar a sociedade, o evento busca reconhecer ainda mais, o trabalho desenvolvido por tão importante movimento da Cristandade. Com isso, para agregar as festividades, o SHOW CATÓLICO DA IRMÃ KELLY, na Praça Cel. João Antônio (Calçadão) no centro desta cidade, será um dos momentos únicos que reunirá família, amigos, turistas e público em geral, além de movimentar o comércio local em uma noite de louvor e agradecimento a Deus. Assim, o SHOW CATÓLICO DA IRMÃ KELLY, é conhecido em nosso município pelo adeptos e praticantes do catolicismo, reconhecida por sua capacidade de evangelizar e pregar a Palavra de Deus, possuindo larga experiência na condução do show agregando ao público pela sua ótima desenvoltura e qualidade do show, tendo já sido testada e aprovada em outras experiências em diversos Município do Estado do Ceará.

Justificamos a contratação dos serviços através de Inexigibilidade de Licitação, onde a escolha do SHOW CATÓLICO DA IRMÃ KELLY será um momento de encontro entre as famílias e Deus.

Com o carisma na misericórdia espiritual e corporal, o Instituto Hesed leva oração a vários cantos do Brasil e do exterior através da música, buscando proporcionar experiência de paz, reencontro a Deus e o chamado vocacional.

A dedicação de Ir. Kelly Patrícia a Jesus por meio da música vem desde os 15 anos, quando tocava e cantava na Paróquia Jesus, Maira e José, em Fortaleza, no Ceará. Em 1991, já com diversas composições de poesias de santos como Santa Teresinha, São João da Cruz e Santa Teresa, nasceu o desejo de gravar suas músicas.

Representada por uma empresa exclusiva, IMACULADA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS RELIGIOSOS LTDA ME, apresentando este, documentos que comprovam possuir experiência para a realização do Show Artístico.



Pelo exposto, o Poder Executivo Municipal, pautado no princípio da Legalidade, instaurou o presente Processo de Inexigibilidade de Licitação com o escopo de contratar o show católico com a **Irmã Kelly Patrícia**, em evento alusivo ao **Aniversário de 132 anos de Emancipação Política Política Administrativa do Município de Uruburetama**.

É notório que nos procedimentos de dispensa e de inexigibilidade, não existe a obrigatoriedade de cumprimento de todas as etapas formalizadas na Lei nº 8.666/93, que são fundamentais em um procedimento normal de licitação. Mesmo assim, devemos atentar para os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa, impostos à Administração Pública, conforme ensina Antônio Roque Citadini:

“conquanto esteja desobrigado de cumprir tais etapas formais, não estará o administrador desobrigado da obediência aos princípios básicos da contratação impostos à Administração Pública. Assim, será sempre cobrada ao administrador a estrita obediência aos princípios: da legalidade (a dispensa deverá ser prevista em lei e não fruto de artimanha do administrador para eliminar a disputa); da impessoalidade (a contratação direta, ainda que prevista, não deverá ser objeto de protecionismo e um ou outro fornecedor); da moralidade (a não realização das etapas de licitação não elimina a preocupação com o gasto parcimonioso dos recursos público, que deve nortear a ação do administrador); da igualdade (a contratação direta não significa o estabelecimento de privilégio de um ou outro ente privado perante a Administração); da publicidade (embora restrita, a contratação direta não será clandestina ou inacessível, de modo que venha a impedir que dela conheçam os outros fornecedores, bem como os cidadãos em geral); e da probidade administrativa (que é o zelo com que a Administração deve agir ao contratar obras, serviços ou compras)”.

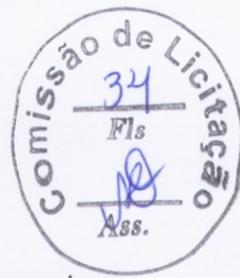
Convém ressaltar, por fim, que a Administração local observou todos os princípios acima elencados, inclusive a observação ao preço de mercado, conforme Nota Fiscal de Shows anteriores acostado aos autos, estando, desta forma, atendendo, aos preceitos legais que norteiam as contratações através da Administração Pública.

Desta forma não há que se falar em procedimento licitatório, tendo em vista estarmos diante de um caso de contratação de profissional do setor artístico, sendo este consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, adotando-se para tal caso o Procedimento Administrativo de Licitação.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DA INEXIGIBILIDADE

Como é sabido, a Licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988, e da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvamos os casos em que a administração pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-a dispensada, dispensável e inexigível.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:



XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifei)

O caso em questão se enquadra perfeitamente no dispositivo em que a lei classifica como licitação inexigível, pois a justificativa da contratação já delineada nos autos deste procedimento, fica caracterizada como tal. Segundo a Lei Federal nº 8.666/93, em hipóteses tais, a administração pode efetivamente realizar a contratação direta dos referidos serviços, mediante inexigibilidade de licitação, conforme artigo 25, III do referido diploma.

A contratação de artistas, diretamente ou através de seus empresários, dada à singularidade do trabalho; o caráter personalíssimo é objeto de inexigibilidade de licitação previsto no inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/93, senão vejamos, *verbis*:

Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial
I – Omissis.
II – Omissis.
III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de seu empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

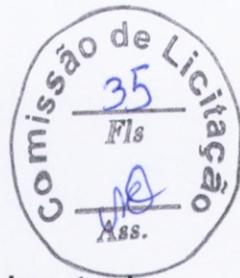
Antes de tecermos comentários sobre o dispositivo legal sobredito, faz-se mister ressaltarmos que a própria-Lei infraconstitucional que trata das exceções às regras de licitar, estabeleceu duas modalidades de contratação direta, ou seja, a Dispensa de Licitação e a Inexigibilidade de Licitação, criando distinções entre elas, senão vejamos: Na Dispensa é possível se realizar a licitação, já na Inexigibilidade é impossível realizar o certame licitatório. Verifica-se que o legislador sabiamente, verificando que a contratação de determinados artistas não poderia ser realizada por licitação, estabeleceu a regra acima mencionada. Entretanto, exigiu que alguns requisitos fossem cumpridos, passaremos a especificá-los:

- A Contratação deve ser realizada diretamente com o artista ou com seu empresário exclusivo.
- O artista deve ser consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Diante do que estabelece o diploma legal, passaremos a demonstrar que o caso em tela caracteriza uma típica hipótese de inexigibilidade de licitação.

Sobre o assunto, confira-se as considerações feitas no livro “Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública”, publicado pela Editora Dialética em 2002, pág. 201 do eminente escritor o douto Professor Joel de Menezes Niebuh:

“É frequente que a Administração Pública procure contratar serviços artísticos dos mais variados naipes, como pinturas, desenvolvimento econômico e turismos, espetáculos musicais etc. A Própria Constituição Federal prescreve aos serviços públicos o dever de promover a Desenvolvimento Econômico e



Turismo, que é realmente essencial para o desenvolvimento da identidade nacional, para a educação e, no mínimo, para o lazer. A contratação de serviços artísticos revela outra hipótese que enseja a inexigibilidade de licitação pública, haja vista que, sob determinadas condicionantes, torna inviável a competição, mormente tomando-se em conta que o critério para comparar os possíveis licitantes é a criatividade, portanto, de fio a pavio, subjetivo”.

A inexigibilidade para contratação de serviços artísticos, por sua vez, encontra fundamento na subjetividade que lhes é imanente. A arte não é ciência, não segue métodos, não é objetiva. Antes disso, a arte é expressão da alma, do espírito, da sentimentalidade, da criatividade, por tudo e em tudo singular. Desta maneira é imperativo ressaltar em virtude de ser muito frequente a confusão, a inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos não depende da inexistência de outros artistas que também possam prestar o serviço. Aliás, pode e costuma haver vários artistas capazes e habilitados, mas, mesmo assim, inexigível é a licitação pública, em tributo a singularidade da expressão artística. Diante da clareza do supracitado dispositivo de lei, torna-se desnecessário maiores argumentações para dar fundamentação legal a este expediente.

Desse modo, a hipótese tratada apresenta-se como um dos casos em que a administração pode (e deve) efetivamente não realizar o processo licitatório, realizando a contratação direta para não ocasionar transtornos indesejados, conforme estabelece o artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93.

RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA/EXECUTANTE / JUSTIFICATIVA DO PREÇO

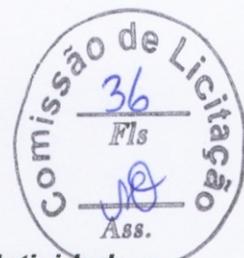
A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do erário municipal deve ser meta permanente de qualquer administração. Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, sendo a justificativa do preço um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos, a teor do inciso III, do § único do artigo 26 da lei de licitações.

Mesmo, tratando-se o caso em tela de contratação por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, onde há inviabilidade de competição, a Administração Pública Municipal, exigiu da empresa que comprovasse que o valor cobrado pelo Show estivesse de acordo com o preço de mercado, mormente o atendimento do princípio da economicidade, moralidade administrativa e razoabilidade, o que nos mostra uma contratação compatível do ponto de vista custo-benefício, dentro do objeto de nosso interesse, comprovando a garantia de resultados eficientes e econômicos, procedimento este que Marçal Justen Filho acrescenta:

“Não bastam honestidade e boas intenções para validação de atos administrativos. A economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos”.

O artista deve desfrutar de consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública, conferindo-se uma ideia de alternatividade pelo emprego da conjunção “ou”, uma vez que frequentemente o gosto popular não converge com a aclamação pela crítica especializada. Sobre a relatividade da análise da consagração do artista, escreve José dos Santos Carvalho Filho²:

² In Manual de Direito Administrativo. 17, ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 236



“Entendemos que consagração é fator de extrema relatividade e varia no tempo e no espaço. Pode um artista ser reconhecido, por exemplo, apenas em certos locais, ou por determinado público ou críticos especializados. Nem por isso deverá ele ser aliado de eventual contratação. A nosso sentir, quis o legislador prestigiar a figura do artista e de seu talento pessoal, e, sendo assim, a arte que se dedica acaba por ter prevalência sobre a consagração”.
(Grifo nosso).

De fato, não há um conceito objetivo sobre o que seja **“consagração pela crítica especializada”** ou **“consagração pela opinião pública”**. Como afirmado alhures são termos jurídicos indeterminados, que possibilitam certa dose de subjetivismo, dificultando a atuação dos órgãos de controle. Todavia, é possível visualizar uma zona de certeza positiva e uma zona de certeza negativa sobre o conteúdo dessas expressões.

Neste ponto é oportuna a seguinte indagação: a **“crítica especializada”** ou a **“opinião pública”** devem ser local, regional ou nacional?

Não há previsão legal para a resposta. Porém Diógenes Gasparini³ sugere a adoção de um critério interessante: o valor da contratação, se o valor do contrato estiver dentro dos limites da modalidade convite, será local; se estiver dentro dos limites de tomada de preço, será regional; se nos limites de concorrência, será nacional. São as suas palavras, *verbis*:

“Por força do estabelecido no Inciso III do art. 25 do Estatuto Federal Licitatório, é inexigível a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desse que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. O dispositivo em apreço não traz grandes dificuldades de interpretação, salvo no que concerne à consagração pela crítica especializada. Qual é essa crítica especializada? A local? A regional? A nacional? Cremos que se pode dizer que é a crítica local, regional (estadual) ou nacional, em razão do valor do contrato. Assim, se o contrato estiver dentro do limite de convite, será local; se estiver dentro do limite da tomada de preços, será regional; se estiver dentro do limite de concorrência, será nacional. O mesmo deve-se afirmar em relação à opinião pública”. (grifo nosso).

Com efeito, a consagração do artista, se não for notória, deve ser devidamente comprovada nos autos do processo de inexigibilidade, seja mediante a juntada de noticiários de jornais (em anexo no processo), seja pela demonstração de contratações pretéritas para atrações relevantes junto a entes públicos ou a à iniciativa privada, ou por outros meios idôneos. Se não houver tal comprovação, a contratação é ilegal. No caso concreto, o valor da contratação está dentro dos limites da modalidade.

O valor total da Contratação do referido show católico, importa na quantia de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais).

O Tribunal de Contas da União tem entendido que tal justificativa pode ser feita com base no preço praticado em contratações anteriores pelo próprio particular que está sendo contratado: **“A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/93) pode ser feita mediante a comparação do valor**

³ In Direito Administrativo. 4, ed. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 323



ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar” (Acórdão nº 2993/2018 – Plenário, rel. Min. BRUNO DANTAS).

Foi verificado que os valores de cachê estão dentro dos limites e padrões praticados no mercado, haja vista as propostas apresentadas pelo referido artista, baseados em espetáculos e/ou apresentações realizados anteriormente em outros eventos, afim de justificar o valor ofertado. A empresa apresentou notas fiscais de serviços prestados comprovando a realização de shows anteriores. Verifica-se pelos documentos apresentados que o valor de mercado pelos shows encontra-se adequado ao preço de mercado. Assim, vale ressaltar que o preço a ser pago encontra-se em conformidade com o valor de mercado, e que o valor global do contrato a ser celebrado será de **R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais)**.

O valor total a ser pago pelo show católico, conforme Carta Proposta da empresa **IMACULADA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS RELIGIOSOS LTDA ME**, em anexo, é de **R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais)**, a ser pago em duas parcelas, sendo 50% (cinquenta por cento) na assinatura do contrato e o restante 05 (cinco) dias após a realização do evento.

Por fim, esclarecemos que há declaração da autoridade competente juntada nos autos informando que os dispêndios dos valores correspondentes a contratação supra não comprometerá outras obrigações inerentes as atividades da Secretaria de Cultura e Turismo, notadamente a boa e regular aplicação dos recursos públicos municipais.

Uruburetama/CE, 22 de julho de 2022.


ELINALDO TEODÓSIO DUTRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação